

SAFRA 2017-2018

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Mensagem da Administração

A Copersucar S.A. manteve, na Safra 2017-2018, a trajetória de consolidar seu posicionamento relevante nos mercados mundiais de açúcar e etanol, alinhada à ambição estratégica de ganhos de escala e ampliação de margens estruturais de seus negócios.

Assim, a Companhia, uma multinacional brasileira, solidificou presença marcante nos mercados em que atua ao redor do mundo, seja por suas operações diretas ou por meio de subsidiárias e *joint ventures*. Além disso, disponibilizou estrutura logística robusta para suas operações, resultando em melhor eficiência de atuação na cadeia de suprimentos de açúcar e etanol.

No mercado mundial de açúcar, através da Alvean, avançou em sua liderança na originação de produtos, além do desenvolvimento de destinos para a produção. No segmento de etanol, com a subsidiária Eco-Energy, nos Estados Unidos, alcançou posição de líder em *market share* daquele mercado. No Brasil, consolidou a logística como um pilar importante de geração de receitas estruturais, melhorando a utilização de todos os modais e ativos para a movimentação dos produtos. Em uma nova iniciativa de fortalecimento do negócio de logística de etanol, na safra 2017-2018, estabeleceu uma nova *joint-venture* para operar o terminal de combustíveis em Paulínia (SP), em parceria com a BP Biocombustíveis.

No âmbito global, o negócio de *trading* vem enfrentando grandes desafios. Da mesma forma, o setor sucroenergético vem encontrando obstáculos relevantes para seu desenvolvimento, com queda significativa de preços de açúcar e surgimento, por parte de regiões produtoras concorrentes, de iniciativas de criação de instrumentos de proteção de mercado. Não obstante, o modelo de negócio da Copersucar entregou resultado consistente frente ao capital investido, reforçando nossa convicção de que a estratégia adotada está no caminho correto para promover a geração de valor aos nossos acionistas.

Nossa estratégia tem sido clara desde a criação da Copersucar S.A. No último biênio, vivemos um processo de atualização estratégica e estabelecemos novas diretrizes e prioridades para o ciclo 2018-2021. A gestão passou a se concentrar em três principais alavancas de resultado, com diretrizes voltadas ao fortalecimento da presença nos principais mercados de açúcar no mundo; à ampliação dos ganhos estruturais nos negócios relacionados ao etanol, e ao aumento de capacidade, utilização e otimização dos ativos logísticos.

No campo institucional, a Companhia ofereceu contribuição significativa para o desenvolvimento do programa *RenovaBio*, defendido pela UNICA perante o governo brasileiro como uma política pública de longo prazo para os biocombustíveis e alternativa viável para que o País cumpra os compromissos assumidos ao ratificar o Acordo de Paris.

O *RenovaBio* vem fortalecer a presença do etanol na matriz energética brasileira e trazer benefícios para toda a sociedade, resultando em significativa redução de emissões de gases de efeito estufa. Ao mesmo tempo, deve representar o necessário estímulo para novos investimentos do setor na produção de um biocombustível renovável e socialmente responsável.

A formação de um time de profissionais capacitados e desafiadores, focados no alcance dos objetivos estratégicos, foi fundamental para nosso crescimento e continuará a ser um aspecto estratégico para nossa gestão.

A Copersucar S.A. tem clareza de seu propósito. Conectamos o campo ao mundo, para levar os benefícios dos produtos a toda a sociedade e, assim, gerar e compartilhar valor sustentável. Com solidez nos negócios e visão estratégica, seguiremos firmes nessa direção.

Agradecemos a colaboração e o suporte de nossos funcionários, parceiros e acionistas.

LUÍS ROBERTO POGETTI
Presidente do Conselho de Administração

A Safra 2017-2018 foi marcada por um cenário bastante distinto do período anterior. O mercado global de açúcar registrou forte queda nas cotações, refletindo sobretudo os grandes excedentes na oferta mundial, devido ao aumento da produção principalmente na Índia, Paquistão, Tailândia e União Europeia.

Os efeitos dessa realidade para o setor sucroenergético foram parcialmente compensados pela recuperação da competitividade do etanol, cujos preços refletiram a política adotada pelo país para os combustíveis fósseis a partir de julho de 2017.

No ciclo encerrado em 31 de março de 2018, a moagem de cana-de-açúcar totalizou 596 milhões de toneladas na região Centro-Sul do Brasil, redução de 1,8% em relação ao período anterior. Graças à melhor qualidade da matéria-prima, com o maior teor de açúcares por toneladas dos últimos seis anos (136,6 kg/t), decorrente de condições climáticas favoráveis, a produção de açúcar cresceu 1,2%, para 36 milhões de toneladas, e a de etanol 1,7%, para 26 bilhões de litros. O destaque no período foi o crescimento de 4,5% na produção do etanol hidratado, para 15,7 bilhões de litros.

A participação do açúcar no mix de produção da região Centro-Sul do Brasil foi de 46,5%, contra 46,3% no período 2016-2017. Em relação ao consumo, dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) compilados pela União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA) indicam maior participação do etanol na matriz de combustíveis do Brasil, com crescimento de 3,1% nas vendas, para 26,5 bilhões de litros na Safra 2017-2018, enquanto o consumo total de gasolina C no País, já com a mistura de 27% de etanol anidro, registrou queda de 1,4%, para 43,1 bilhões de litros. A melhoria do mix de etanol deve-se ao incremento de 7,2% nas vendas do produto hidratado nos postos de abastecimento, atingindo 14,9 bilhões de litros.

1. INVESTIMENTOS

Com a efetivação dos investimentos estruturais para crescimento do negócio (ativos logísticos no Brasil e nos EUA, constituição da Alvean e conclusão da aquisição integral da Eco-Energy) concluídos no exercício anterior, a Copersucar reduziu o ritmo de investimentos na Safra 2017-2018. As inversões somaram R\$ 209 milhões (R\$ 313,1 milhões em 2016-2017), destinados principalmente a aportes de capital na Logum, empresa que opera o sistema dutoviário de etanol da qual a Copersucar é sócia, e ao fortalecimento da estrutura logística da Eco-Energy.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em linha com a queda da moagem de cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil, as Usinas Produtoras Sócias da Copersucar processaram 85 milhões de toneladas de matéria-prima na Safra 2017-2018 (2,3% a menos que na safra anterior). A participação de açúcar no mix de produção foi de 42,4%, contra 46% no período 2016-2017.

açúcar

Os volumes comercializados de açúcar mantiveram o total de 4,5 milhões de toneladas verificados na safra anterior. No exercício 2017-2018, o mercado interno absorveu 1,6 milhão de toneladas, 11% abaixo do volume vendido no ciclo anterior, refletindo a retração do mercado consumidor, apesar do crescimento de 1% do PIB em 2017, após dois anos de queda. A variação foi compensada com o aumento de 7,4% nas vendas ao mercado externo, que somaram 2,9 milhões de toneladas.

COMERCIALIZAÇÃO DE AÇÚCAR (milhões de toneladas)

	2016-2017	2017-2018
Mercado interno	1,8	1,6
Mercado externo	2,7	2,9
TOTAL	4,5	4,5

A Safra 2017-2018 marcou o terceiro ano completo de atuação da Alvean, como principal *player* no mercado global de açúcar, e ratificou o acerto estratégico da parceria entre a Copersucar e a Cargill na formação da *joint-venture* em 2014. Desde então, a Alvean tornou-se compradora exclusiva da oferta de açúcar da Copersucar destinada ao mercado externo, e passou a atuar intensivamente na originação de açúcar para exportação também de outras fontes de suprimento, no Brasil e em outros polos produtores do mundo. No último exercício, a Alvean comercializou 12,2 milhões de toneladas de açúcar no mercado global (12,1 milhões no exercício anterior), das quais 7,9 milhões foram originadas no Brasil, incluindo o volume fornecido pela Copersucar (8,9 milhões no ciclo 2016-2017).

ETANOL

A comercialização de etanol pela Copersucar na Safra 2017-2018 totalizou 14,1 bilhões de litros no mercado global, 5,2% acima do verificado no período anterior. O crescimento reflete majoritariamente o aumento dos volumes movimentados pela Eco-Energy na América do Norte, que atingiram no período 9,8 bilhões de litros (9,2 bilhões em 2016-2017). Nas operações diretas da Copersucar, as vendas de etanol atingiram 4,3 bilhões de litros, ligeiramente superior ao ano anterior (4,2 bilhões). O mercado interno absorveu 3,6 bilhões de litros e as exportações cresceram para 0,7 bilhão de litros no último exercício. No período, a Eco-Energy concluiu seu ciclo de investimentos em estrutura logística, com desembolsos de R\$ 64,6 milhões. Atualmente, a empresa conta com 19 destilarias com fornecimento exclusivo de etanol ("Alliance Plants") e 9 terminais multimodais dedicados ao biocombustível nos Estados Unidos, onde responde por 16% de *market share*.

COMERCIALIZAÇÃO DE ETANOL (bilhões de litros)

	2016-2017	2017-2018
Copersucar	4,2	4,3
Mercado interno	3,7	3,6
Mercado externo	0,5	0,7
Eco-Energy	9,2	9,8
Total	13,4	14,1

LOGÍSTICA

Nas últimas duas Safras, a Copersucar consolidou-se como um importante operador logístico para o setor sucroenergético, atingindo o objetivo de estruturar a sua logística como uma unidade de negócio da Companhia e, assim, maximizar a utilização de seus ativos por meio da prestação de serviços para a Alvean e outros clientes, tanto no transporte de produtos quanto na elevação portuária.

Na logística de fretes, foi relevante a movimentação de produtos de usinas independentes, fornecedoras da Alvean. Do total de 5,5 milhões de açúcar transportados, 48% tiveram como origem usinas não sócias. O modal ferroviário respondeu por 56% do transporte até o Porto, confirmando o diferencial competitivo da Copersucar, fruto da sua estrutura logística integrada a terminais intermodais no interior. Na Safra 2017-2018, o Terminal de Ribeirão Preto movimentou cerca de 1,0 milhão de toneladas de açúcar, volume próximo do recorde do ano anterior, e o Terminal de São José do Rio Preto passou a contar com gestão direta da Companhia, e possui agora os mesmos padrões de operação e segurança dos demais.

Outro fato relevante do Ano Safra foi a realização da *joint venture* com a BP Biocombustíveis na empresa TCE Participações, para a operação do Terminal de Combustível de Paulínia (TCP), antes Terminal Copersucar de Etanol. A nova empresa, com participações iguais dos dois sócios, passará a contar também com a interligação ferroviária, além dos modais rodoviário e dutoviário, e ampliará a oferta de prestação de serviços para o mercado de combustíveis.

3. DESEMPENHO FINANCEIRO

Com importante contribuição dos ganhos das operações diretas, notadamente os serviços logísticos, e a comercialização de etanol e açúcar no mercado interno, a Copersucar manteve o vetor de rentabilidade, com a obtenção de um lucro líquido consolidado de R\$ 147,2 milhões.

O faturamento líquido atingiu R\$ 28,6 bilhões, em linha com o obtido no exercício anterior. A participação da Eco-Energy na composição das receitas chegou a 48% do total, enquanto as operações de açúcar e de etanol no Brasil responderam por 26% das receitas, cada.

	2016-2017	2017-2018
Receitas líquidas	R\$ 28,3 bilhões	R\$ 28,6 bilhões
Lucro líquido para Controladores	R\$ 254,4 milhões	R\$ 147,2 milhões

ENDIVIDAMENTO

A Companhia registrou endividamento líquido, descontados os estoques, de R\$ 1,539 bilhão ao encerrar o exercício 2017-2018, com queda de 2,5% em relação ao registrado no período anterior (R\$ 1,579 bilhão).

Merece destaque o alongamento do perfil da dívida. Os vencimentos de curto prazo passaram de 44%, no fim da Safra 2016-2017, para 26% no último exercício. Em consequência, o índice de liquidez circulante passou de 1,13 para 1,51.

4. RECURSOS HUMANOS

Na Safra 2017-2018, a Copersucar iniciou o desenvolvimento do programa Mobiliza, iniciativa que contemplou uma pesquisa de engajamento com os colaboradores e a construção do Plano Corporativo de Engajamento, composto por cinco pilares que serão trabalhados pelas lideranças com as equipes a partir de agora: Significado e Propósito; Comunicação Efetiva; Agilidade e Colaboração; Oportunidades de Desenvolvimento e Reconhecimento e Recompensa. O ponto de partida dessa jornada foi a definição do nosso Propósito: *Conectar o campo ao mundo, provendo energia renovável e alimento natural para o bem-estar da sociedade*.

A Companhia também fortaleceu seu Programa de Educação Corporativa, que integra as Escolas de Liderança, de Cultura e de Negócios. No período, desenvolveu a primeira turma do Programa de Formação e Relacionamento com Acionistas, que contou com a participação de 17 representantes dos grupos econômicos controladores da Copersucar. Além de estreitar o relacionamento, o objetivo da iniciativa é aprimorar o conhecimento sobre o modelo de negócio, as operações e a estrutura de governança corporativa da Companhia. Com carga horária de 130 horas e supervisão acadêmica do Insper - Instituto de Ensino e Pesquisa, o programa contou também com a participação dos executivos da empresa.

Outra iniciativa foi o Programa de Aceleração da Aprendizagem (PAA), que beneficiou 20 colaboradores com capacitações em temáticas identificadas como primordiais para as estratégias de crescimento da empresa. O PAA foi desenvolvido a partir da conclusão do ciclo anual do Programa de Gestão de Desempenho (PGD), que mensura o cumprimento de metas e determina os valores de participação nos resultados em critérios meritocráticos. Na última Safra, o programa foi aplicado ainda com mais maturidade e envolvimento de todas as lideranças na calibragem das metas e das avaliações de desempenho, tendo como critério a adesão aos valores do "Nosso Jeito de Ser e Fazer".

A Companhia encerrou o Ano Safra 2017-2018 com 641 colaboradores (646 no período anterior). Um dos principais movimentos foi a contratação de 30 colaboradores para o Terminal Multimodal de São José do Rio Preto, cuja operação passou à gestão direta da Companhia no exercício. Os demais funcionários estão assim distribuídos: 190 na Sede em São Paulo (SP), 369 no Terminal Açucareiro Copersucar (TAC), em Santos (SP), 36 no Terminal Multimodal de Ribeirão Preto e 16 no Terminal Copersucar de Etanol (TCE), em Paulínia (SP).

5. SUSTENTABILIDADE

A Copersucar realiza a gestão dos impactos sociais e ambientais dentro de um contexto abrangente, incluindo as operações logísticas realizadas pelos fornecedores contratados e os territórios de atuação das Usinas Sócias. O monitoramento de aspectos ambientais e sociais relacionados à produção e processamento da cana-de-açúcar é realizado de maneira contínua, por meio de um sistema que congrega as informações e permite o desenvolvimento de planos de ação com o objetivo de disseminar as melhores práticas. Em encontros periódicos entre os profissionais das Usinas, da Companhia e especialistas, esses planos são debatidos e aprofundados.

A gestão dos impactos ambientais nas diversas interfaces da cadeia logística da Companhia tem como foco o acompanhamento e o aumento da eficiência para reduzir os impactos relacionados às emissões de gases de efeito estufa (GEE), emissões fugitivas nos dutos de etanol e emissões de particulados na movimentação dos produtos, além da redução de ruídos, tráfego e vazamentos de produtos nas vias.

Em prosseguimento ao seu programa de investimento social, a Companhia estendeu o Projeto Conecta, voltado para a formação profissional e promoção social de jovens, para a cidade de São José do Rio Preto, complementando as ações já desenvolvidas em Paulínia e Santos, todas no estado de São Paulo. No período, 74 jovens concluíram a qualificação e outros 90 iniciaram a formação em 2017.

6. GOVERNANÇA

A fim de aprimorar seus processos e controles internos, a Copersucar busca melhorar continuamente as ferramentas disponíveis para o gerenciamento e administração de seus negócios. Nesse sentido, vem em constante evolução no seu modelo de gestão de riscos, que monitora aspectos financeiros, operacionais e de mercado.

A Companhia também tem evoluído em seu modelo de auditoria interna, que conta com o suporte de consultoria externa independente. Alinhado às melhores práticas do mercado, tem sido bastante efetivo e contribuído para o aprimoramento e *compliance* dos processos.

Atenta à rigorosa observância da ética em todos os seus relacionamentos, a Companhia recapitou 100% de seus colaboradores, em todas as suas unidades, com uma série de treinamentos para reforçar os conceitos e a importância do Código de Conduta e Ética nos Negócios da Copersucar. O Código também se destina aos fornecedores da Companhia, dos quais 111 deles, selecionados entre os parceiros estratégicos para as operações, formalizaram sua adesão ao documento, assegurando seu comprometimento com as boas práticas e a gestão responsável dos impactos socioambientais em suas atividades. Ainda na gestão da ética nos negócios, a Copersucar disponibiliza a todos os públicos acesso ao Canal Ético (www.copersucar.com.br/etica), por telefone (0800 702 2312) ou e-mail (canaleticocopersucar@tmf-group.com), com gerenciamento por empresa externa e independente e garantia de confidencialidade.

Dentre os reconhecimentos obtidos no exercício, a Copersucar foi premiada como a melhor empresa no setor de Açúcar e Alcool pelo jornal "Valor Econômico" (Anuário Valor 1000) e campeã nas categorias de Bioenergia e de Comércio Exterior pela revista "Globo Rural" (Anuário Melhores do Agronegócio).

A DIRETORIA



★ continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.669.443	1.264.785	891.471	476.215
Contas a receber de clientes	8	972.500	694.290	432.085	262.134
Estoque	9	2.074.146	2.289.203	1.028.275	1.113.107
Impostos e contribuições a recuperar	10	195.967	213.522	190.742	206.920
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	47.553	63.154	46.303	62.825
Adiantamentos a fornecedores	11	63.845	323.292	9.447	11.904
Operações com bolsa de valores	12	58.212	26.338	12.192	518
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	23	571.731	565.128	265.743	224.702
Outras contas a receber		57.830	72.912	17.408	20.147
Total do ativo circulante		5.711.227	5.512.624	2.893.666	2.378.472
Ativo não circulante					
Ativo fiscal diferido	13	452.492	393.977	392.206	368.714
Depósitos judiciais	22	53.752	53.736	38.999	38.473
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	23	20.107	7.636	8.060	2.262
Operações de mútuo	25	-	-	5.614	4.600
Outras contas a receber		1.182	932	-	-
Investimentos	14	1.113.725	1.003.133	1.958.169	1.579.845
Propriedade para investimento	15	-	-	-	70.743
Imobilizado	16	663.027	762.684	3.155	97.521
Intangível	17	247.513	247.180	8.105	13.463
Total do ativo não circulante		2.551.798	2.469.278	2.414.308	2.175.621
Total dos ativos		8.263.025	7.981.902	5.307.974	4.554.093

Passivos	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Passivo circulante					
Fornecedores	18	1.050.741	1.214.640	566.533	924.606
Empréstimos e financiamentos	19	1.278.532	1.853.779	651.711	1.633.721
Obrigações sociais trabalhistas		30.361	39.889	21.544	30.501
Provisão de imposto de renda e contribuição social		54.685	14.939	32.903	-
Impostos e contribuições a recolher	20	49.342	40.121	9.686	2.123
Operações com bolsa de valores	12	1	8.655	-	-
Adiantamentos de clientes	21	981.283	1.315.636	918	397
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	23	304.845	322.916	224.225	238.055
Outras contas a pagar		39.198	75.715	15.884	22.155
Total do passivo circulante		3.788.988	4.886.300	1.523.404	2.851.558
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	3.552.530	2.322.665	2.971.960	1.021.158
Benefícios a empregados		16.404	18.716	-	15.302
Impostos e contribuições a recolher	20	63	184	-	-
Provisões para contingências	22	18.340	17.961	679	169
Instrumentos financeiros derivativos não realizados		12.024	5.724	3.745	5.277
Passivos fiscais diferidos	13	117.959	95.859	40.746	27.305
Outras contas a pagar		2.559	1.169	13.512	-
Total do passivo não circulante		3.719.879	2.462.278	3.030.412	1.069.211
Patrimônio líquido					
Capital social		180.301	180.301	180.301	180.301
Reserva de capital		8.153	1.769	8.153	1.769
Ações em tesouraria		(15.140)	(134)	(15.140)	(134)
Reserva legal		36.061	34.336	36.060	34.336
Reservas de lucros		11.233	115.257	115.257	11.233
Reservas de investimento		487.060	383.036	383.036	383.036
Ajuste de avaliação patrimonial		5.944	22.763	5.945	22.763
Dividendo adicional proposto		40.546	-	40.546	-
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		754.158	633.324	754.158	633.324
Total dos passivos e patrimônio líquido		8.263.025	7.981.902	5.307.974	4.554.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

Recursos	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Receitas líquidas	27	28.554.355	28.269.893	7.481.315	8.279.163
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	23	(53.013)	634.895	12.138	53.846
Custo das vendas	29	(27.786.896)	(28.048.458)	(7.340.747)	(7.903.864)
Lucro bruto		714.446	856.330	152.706	429.145
Despesas de vendas	29	(129.466)	(124.781)	(42.702)	(49.237)
Despesas administrativas	29	(183.583)	(226.397)	(88.395)	(124.502)
Outras receitas		85.358	56.217	89.401	49.137
Outras despesas		(68.153)	(42.120)	(8.755)	(8.738)
Resultado antes das financeiras líquidas		418.602	519.249	102.255	295.805
Receitas financeiras	28	634.161	1.017.307	421.501	734.687
Despesas financeiras	28	(833.101)	(1.300.555)	(555.687)	(962.648)
Financeiras líquidas		(198.940)	(283.248)	(134.186)	(227.961)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(19.709)	65.430	230.671	192.426
Resultado antes dos impostos		199.953	301.431	198.740	260.270
Imposto de renda e contribuição social corrente	30	(56.594)	(112.290)	(31.274)	(71.337)
Imposto de renda e contribuição social diferido	30	3.807	67.823	(20.300)	65.500
Imposto de renda e contribuição social totais		(52.787)	(44.467)	(51.574)	(5.837)
Lucro líquido do exercício		147.166	256.964	147.166	254.433
Resultado atribuído para					
Acionistas controladores		147.166	254.433	147.166	254.433
Acionistas não controladores		-	2.531	-	-
Lucro líquido do exercício		147.166	256.964	147.166	254.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

Recursos	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício		147.166	256.964	147.166	254.433
Resultados abrangentes					
Ajuste acumulado de conversão reflexa		4.672	765	4.672	765
Ajuste acumulado de conversão		42.370	(102.010)	42.370	(102.010)
Non Deliverable Forward hedge de investimento		(73.984)	191.855	(73.984)	191.855
Non Deliverable Forward hedge de fluxo de caixa		(6.635)	4.277	(6.635)	4.277
Hedge accounting de swap		(15.287)	-	(15.287)	-
Imposto de renda e contribuição social		32.609	(66.685)	32.609	(66.685)
Resultado abrangente total		130.911	285.166	130.911	282.635
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		130.911	282.635	130.911	282.635
Acionistas não controladores		-	2.531	-	-
Resultado abrangente total		130.911	285.166	130.911	282.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reservas			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Patrimônio atribuído aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
				Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de investimento						
Em 2016	180.301	-	-	(8)	21.614	10.702	143.742	(4.888)	-	351.463	108.504	459.967
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(531)	531	-	-	-	-
Resultado com alienação de ações em tesouraria	-	1.769	-	-	-	-	-	-	1.769	-	-	1.769
Ações em tesouraria	-	-	(126)	-	-	-	-	-	(126)	-	-	(126)
Resultados abrangentes do exercício:												
Ajuste acumulado de conversão reflexa	-	-	-	-	-	-	765	-	-	-	-	765
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	-	-	-	-	-	-	24.614	-	-	24.614	-	24.614
Hedge de fluxo de caixa líquido	-	-	-	-	-	-	2.823	-	-	2.823	-	2.823
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	254.433	-	254.433	2.531	256.964
Destinação do lucro:												
Reserva legal	-	-	-	-	12.722	-	-	-	(12.722)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,00196 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.417)	-	-	(2.417)
Retenção de lucro "ad referendum" AGO	-	-	-	-	-	531	239.294	-	(239.825)	-	-	-
Transações com não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(111.035)	(111.035)	-
Em 2017	180.301	1.769	(134)	34.336	11.233	383.036	22.783	(583)	583	633.324	-	633.324
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.384	-	6.384
Resultado com alienação de ações em tesouraria	-	6.384	-	-	-	-	-	-	-	(15.006)	-	(15.006)
Ações em tesouraria	-	-	(15.006)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados abrangentes do exercício:												
Ajuste acumulado de conversão reflexa	-	-	-	-	-	-	4.671	-	-	4.671	-	4.671
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	-	-	-	-	-	-	(6.459)	-	-	(6.459)	-	(6.459)
Hedge de fluxo de caixa líquido	-	-	-	-	-	-	(4.379)	-	-	(4.379)	-	(4.379)
Hedge accounting de swap	-	-	-	-	-	-	(10.089)	-	-	(10.089)	-	(10.089)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	147.166	-	147.166	-	147.166
Reserva legal	-	-	-	-	1.725	-	-	(1.725)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,00118 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	(1.454)	-	(1.454)	-	(1.454)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(40.546)	40.546	-	-	-
Retenção de lucro "ad referendum" AGO	-	-	-	-	-	-	-	(104.024)	-	-	-	-
Em 2018	180.301	8.153	(15.140)	36.061	11.233	487.060	5.944	-	40.546	754.158	-	754.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício		147.166	256.964	147.166	254.433
Ajustado por:					
Resultado da equivalência patrimonial		19.709	(65.430)	(230.671)	(192.426)
Ganho com variação cambial em controladas		(41.601)	94.466	-	-
Mudança no valor justo da bolsa		(648)	(2.286)	-	-
Depreciação e amortização		63.950	62.977	10.011	13.648
Impostos diferidos		(3.807)	(67.823)	20.300	(65.500)
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos		388.226	(156.948)	287.850	1.658
Valor líquido das baixas do ativo imobilizado e intangível		53.179	999	50.759	853
Aumento em provisão para contingências					


 ★ **continuação**
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

dados observáveis de mercado, tanto quanto possível e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação, da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Para este exercício social não há avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 40 (Item 27A.c.). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando aplicável os valores justos, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração são divulgadas em notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

4. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; • Imobilizado - mensurado pelo custo de aquisição e do custo atribuído; e • Estoques - apurados a valor justo menos despesas de vendas, por meio de marcação a mercado, exceto para o estoque de Anidro, que é avaliado ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido, conforme mencionado na nota explicativa nº 5 (g).

5. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em consonância com IFRS e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades da Companhia. **a. Base de consolidação: (i) Controladas:** As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(ii) Investimentos em controladas em conjunto:** Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é o acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica que está sujeita ao controle conjunto. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(iii) Investimentos em coligadas:** As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante de outra entidade. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma Companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa Companhia registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado. **(iv) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupos, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupos, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas são eliminados contra o investimento. As perdas não realizadas também são eliminadas a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (impairment) do ativo. **(v) Participação de acionistas não controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **b. Receita operacional: (i) Comercialização de açúcar e etanol:** A receita operacional de comercialização de açúcar e etanol no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então esse desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **(ii) Prestação de Serviços:** Os resultados de prestação de serviços de armazenagem, logística e elevação de açúcar e etanol são reconhecidos quando: (i) o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade; (ii) for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade; (iii) o estágio de execução da transação ao término do exercício de reporte puder ser mensurado com confiabilidade; e (iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la puderem ser mensuradas com confiabilidade. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receitas de juros de aplicações financeiras, variações cambiais ativas de itens financeiros e variações credoras no valor justo de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e juros, assim como ganhos realizados na liquidação de tais instrumentos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, despesas com juros sobre empréstimos, variações cambiais passivas de itens financeiros e variações a débito no valor justo de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e juros, assim como perda na liquidação de tais instrumentos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **d. Moeda estrangeira: (i) Transações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais (moeda funcional da Companhia) utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras e os ganhos ou perdas de variação cambial são reconhecidos no resultado financeiro. **(ii) Empresa do grupo no Exterior:** Para as controladas com moeda funcional dólar, os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional da controladora) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas médias de câmbio (P&TAX de venda) apuradas no exercício. Para as controladas com moeda funcional reais, as diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas no resultado do exercício, uma vez que a moeda funcional da operação no exterior é o Real. Essas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras individuais da controladora ou da subsidiária. Para conversão das transações em dólar americano (Dólar) para a moeda funcional da Companhia (Real) foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio tanto para o Consolidado quanto para a Controladora:

Taxa média anual	Taxa à vista de fechamento			
	2018	2017	2018	2017
	3,2172	3,2983	3,3238	3,1684

R\$/USD

e. Benefícios a empregados: (i) Planos de contribuição definida: A Companhia oferece a seus colaboradores um plano de Previdência Privada de Contribuição Definida, com o objetivo de assegurar às pessoas a possibilidade de acumular recursos que garantam uma renda mensal no futuro, possibilitando que o empregado mantenha um padrão de vida digno após a aposentadoria. O plano de previdência da Companhia é acessível a todos os colaboradores e administradores, de forma facultativa. O empregado que optar por aderir ao plano poderá optar por duas modalidades: 1 - Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) ou 2 - Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Pelas regras aprovadas do plano, o empregado pode participar através de contribuições básicas ou complementares, sendo que a Companhia contribui em paridade com as contribuições básicas que o empregado fizer, até o limite de 6% do salário de contribuição. Adicionalmente, o empregado poderá fazer contribuições extraordinárias, que não têm contrapartida pela Companhia. **(ii) Participação nos lucros e bônus:** A participação dos colaboradores nos lucros e remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa alocados ao custo de produção e às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas (nota explicativa nº 31). **f. Imposto de renda e contribuição social:** O encargo de imposto sobre a renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Além disso, pode-se efetuar a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(i) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro real ou prejuízo fiscal do exercício, bem como qualquer ajuste de impostos a pagar de exercícios anteriores, às alíquotas supramencionadas. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é calculado sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, bem como sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis intermediárias. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido na medida que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **(iii) Exposições fiscais:** Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, levando a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação das provisões existentes e consequentemente impactar a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas. **g. Estoques:** O estoque da Companhia é ajustado ao valor de mercado ("mark to market") menos os custos para venda, exceto para o estoque de Anidro, que é avaliado ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Para cálculo do valor justo, a Companhia utiliza como referência de preço justo os índices divulgados por fontes públicas e relacionados aos produtos e mercados ativos onde atua. Alterações no valor justo desses estoques são reconhecidas no resultado do exercício. **h. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. *Softwares* adquiridos como parte integrante de funcionalidades de um equipamento são capitalizados como parte do equipamento. O custo do imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui: materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias de operação, desmontagem e restauração do local onde estes ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais no resultado. **(ii) Reclassificação para propriedade para investimento:** Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer aumento resultante desta remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta perda anterior por redução ao valor recuperável (*impairment*) dessa propriedade, o que não pode exceder o valor contábil inicialmente reconhecido (líquido de depreciação). Caso haja aumento remanescente o mesmo é reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial, como parte de outros resultados abrangentes. Qualquer diminuição é reconhecida no resultado. **(iii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro e o custo de manutenção são contabilizados no resultado do exercício conforme incorrido. **(iv) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é reconhecida no resultado utilizando-se o método linear em relação às vidas úteis estimadas. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. As taxas médias anuais ponderadas estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa média anual ponderada:

	2018 e 2017	
	Consolidado	Controladora
Construções e benfeitorias	1,90%	1,90%
Máquinas e equipamentos	3,77%	2,86%
Equipamentos de processamento de dados	19,52%	19,52%
Móveis e utensílios	6,94%	6,95%
Veículos	8,59%	8,50%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4,92%	–

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício e ajustados caso seja apropriado. **i. Ativos intangíveis e ágio: (i) Ativos intangíveis de vida útil definida:** Ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. **(ii) Ativos intangíveis de vida útil indefinida:** Ágio: O ágio apurado na aquisição das ações da Eco-Energy Global Biofuels, LLC encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Anualmente e sempre que existirem indícios de eventual perda de valor, a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio sobre esses investimentos, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado relativas ao fluxo de caixa descontado da controlada. **(iii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. O valor contábil do intangível que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício que ocorre a reposição. Custos de manutenção no dia a dia são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iv) Amortização:** A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado, na rubrica "Despesas administrativas", baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para os exercícios correntes e comparativos são de 5 (cinco) anos para os *softwares*. **j. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é periodicamente mensurada pelo custo e subsequentemente, quando relevante, ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. O custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. **k. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. As variações do valor justo e os custos das transações após o reconhecimento inicial são registradas no resultado do exercício. Os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado compreendem: estoques (exceto anidro), derivativos de bolsa de valores e instrumentos financeiros não realizados. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os passivos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes, outros recebíveis, partes relacionadas e adiantamento a fornecedor. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece inicialmente passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamento de clientes e outras contas a pagar. **(iii) Capital social:** Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido sobre esta rubrica. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos: futuros, swaps e NDfs (Non Deliverable Forward) para proteção de risco (*hedge*) de juros, câmbio e preços de *commodity*. O objetivo das transações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação da Companhia e à redução de sua exposição aos riscos de moeda e mercado, devidamente identificados por políticas e diretrizes estabelecidas. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e todos os ganhos ou perdas decorrentes destas transações com instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidas pelo seu valor justo. Ganhos/perdas relacionados a instrumentos financeiros derivativos não realizados oriundos de proteção de preço e de variação cambial de *commodities* são reconhecidos dentro do lucro bruto. Efeitos de derivativos relacionados a riscos cambiais de itens financeiros realizados e de juros são reconhecidos no resultado financeiro. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e seus custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados pelo valor justo e as alterações registradas no resultado do exercício. **(v) Hedge de investimento líquido no exterior:** A Companhia utiliza a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) para as diferenças de moedas estrangeiras entre a moeda da operação no exterior da investida e a moeda funcional da controladora (Real). Dentro das condições da efetividade do *hedge*, diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão de um passivo financeiro designado como *hedge* de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, sendo acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. **(vi) Hedge de fluxo de caixa:** A Companhia utiliza a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) para as diferenças de moedas estrangeiras e taxas de juros entre a moeda da operação atreladas ao dólar e a moeda funcional da controladora (Real). Dentro das condições da efetividade do *hedge*, diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão de um ativo financeiro designado como *hedge* de uma dívida líquida em uma operação estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, sendo acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*): A Companhia revisa a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, e sempre que houver evidência objetiva de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que possam ser estimados de uma maneira confiável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, o prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS 39/CPC 38 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que refleta as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base "pro rata". Em 31 de março de 2018 e 2017, a Companhia não identificou indícios de que o valor desses ativos seja inferior ao valor de realização. **m. Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **n. Arrendamentos: (i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento:** No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se o Grupo conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental do Grupo. **(ii) Ativos arrendados:** Ativos mantidos pela Companhia sob arrendamentos que transferem substancialmente para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. **(iii) Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo de vigência do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos, quando existentes, são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, de acordo com o prazo de vigência do arrendamento. **o. Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para tomada de decisão, sendo eles: Comercialização de Açúcar e Etanol a Prestação de Serviços. **p. Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) consolidada e individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar. **q. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

	Principais exigências	Data de entrada em vigor	Avaliação
IFRS 15/ CPC47	"Reconhecimento de Receitas" o IFRS 15 requer que o reconhecimento de receita seja realizado de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que refleta a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.	Aplicável a exercícios com início em/ou após 1º de janeiro de 2018 (no caso da Companhia 1º de abril de 2018)	A Companhia não espera um impacto significativo em suas demonstrações financeiras. A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não representar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (Incluindo perdas de créditos esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 47/IFRS 15, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de abril de 2018.
IFRS 9/ CPC 48	"Instrumentos Financeiros" o IFRS 9 mantém, mas simplifica o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A norma define apenas um modelo de redução do valor recuperável e reformulou o modelo para hedge accounting.	Aplicável a exercícios com início em/ou após 1º de janeiro de 2018 (no caso da Companhia 1º de abril de 2018)	A Companhia não espera um impacto significativo em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9, pois continuará mensurando a valor justo todos os ativos financeiros atualmente mensurados por esse critério, os quais são os mais representativos financeiramente. Os ativos financeiros classificados anteriormente como empréstimos e recebíveis serão classificados como custo amortizado. A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não representar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (Incluindo perdas de créditos esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48/IFRS 09, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de abril de 2018.
IFRIC 22/ ICP 21	"Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento", estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de ativos e passivos não monetários decorrente do pagamento ou recebimento antecipado.	Aplicável a exercícios com início em/ou após 1º de janeiro de 2018 (no caso da Companhia 1º de abril de 2018)	No próximo exercício, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial de adoção da referida interpretação técnica nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
IFRS 16/ CPC 06 (R2)	"Leases" o IFRS 16 que substituirá o IAS 17 e interpretações relacionadas, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação do arrendamento (leases)	Aplicável a exercícios com início em/ou após 1º de janeiro de 2019 (no caso da Companhia 1º de abril de 2019)	No próximo exercício, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial de adoção da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) Outras alterações: As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. • Ação de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28; • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações; • Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto. • IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. Segmentos Operacionais
 A Administração definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para tomada de decisão, sendo eles: Comercialização de Açúcar e Etanol e Prestação de Serviços. • **Comercialização de Açúcar e Etanol** - Compra e venda no mercado nacional e internacional de açúcar bruto, açúcar branco, etanol anidro e etanol hidratado. • **Prestação de Serviços** - Compreende os resultados de prestação de serviços de armazenagem, logística e elevação de açúcar e etanol. As informações selecionadas de resultado por segmento, que foram mensuradas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas, são como segue:

	2018			2017		
	Açúcar/Etanol	Serviços	Total	Açúcar/Etanol	Serviços	Total
Receita líquida (a)	28.028.116	473.226	28.501.342	23.465.713	439.075	28.904.788
Custo de vendas	(27.551.251)	(235.645)	(27.786.896)	(27.846.288)	(202.170)	(28.048.458)
Margem bruta	476.865	237.581	714.446	619.425	236.905	856.330

(a) Os valores apresentados como Receita Líquida contemplam a Receita com Instrumentos Financeiros Derivativos não realizados divulgada separadamente nas demonstrações de resultados. A composição da receita operacional líquida consolidada por região geográfica é:

Região/País	2018		2017	
Estatos Unidos	14.037.403	12.920.756		
Brasil	7.446.105	8.363.969		
Suíça	4.174.436	3.581.783		
Emirados Árabes Unidos	1.176.493	1.436.172		
Canadá	840.527	969.562		
Ilhas Seychelles	749.484	834.262		
Coreia do Sul	99.342	8.725		
Holanda	30.570	–		
Japão	–	79.941		
China	–	50.740		
Espanha	–	13.744		
Uruguai	–	9.113		
Grã-Bretanha	–	1.127		
Total	28.554.355	28.269.893		

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Caixa	25	27	25	26
Banco - conta movimento	741.105	768.808	5.867	6.042
Fundo de investimento	483.868	390.579	483.868	390.579
Aplicações financeiras	444.445	105.371	401.711	79.568
Total	1.669.443	1.264.785	891.471	476.215

Os saldos de fundo de investimentos são remunerados por cotas, equivalentes a 99% do CDI (média 12 meses) em 31 de março de 2018 (101% em 31 de março de 2017). Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa, remunerados substancialmente a 89% (Debêntures) da variação do CDI-CETIP - Certificado de Depósito (99% em 31 de março de 2017), possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 23.

8. Contas a Receber de Clientes

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Clientes no mercado interno	296.059	212.249	341.073	244.497
Clientes no mercado externo	658.385	450.910	–	–
Partes relacionadas	25	18.056	31.131	91.012
Total	972.500	694.209	432.085	262.134

A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na nota explicativa nº 23. As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A Companhia avaliou o ajuste a valor presente, com a taxa de mercado CDI - Certificado de Depósito Interbancário, dos seus saldos de contas a receber de cliente em 31 de março de 2018 e 2017, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados no balanço.

9. Estoques

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

11. Adiantamentos a Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Partes relacionadas	63.845	52.096	9.447	11.904
Outros fornecedores	63.845	323.292	9.447	11.904
Total	127.690	375.388	18.894	23.808

Correspondem principalmente aos adiantamentos para futura entrega de açúcar da safra 2018/2019.

12. Operações com Bolsa de Valores

Refere-se aos saldos a receber e a pagar de valores depositados referentes à margem e aos prêmios e ajustes pagos ou recebidos nas transações com instrumentos derivativos não liquidados na Bolsa de Valores.

13. Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Consolidado						
Intangíveis	14.974	14.974	-	-	14.974	14.974
Varição cambial diferida	42.436	10.921	-	-	42.436	10.921
Provisões	15.608	33.056	-	-	15.608	33.056
Ajuste a valor justo	-	-	(27.483)	(21.516)	(27.483)	(21.516)
Depreciação	-	-	(65.699)	(47.207)	(65.699)	(47.207)
Prejuízo fiscal a compensar	201.054	195.746	-	-	201.054	195.746
Valor justo dos estoques	12.451	-	-	(6.155)	12.451	(6.155)
Derivativos	-	21.562	(14.234)	-	(14.234)	21.562
Custo atribuído	-	-	(10.543)	(6.554)	(10.543)	(6.554)
Hedge de investimento no exterior	109.438	78.241	-	(1.410)	109.438	76.831
Outros	56.531	39.477	-	(13.017)	56.531	26.460
Total	452.492	393.977	(117.959)	(95.859)	334.533	298.118
Controladora						
Intangíveis	14.974	14.974	-	-	14.974	14.974
Varição cambial diferida	41.390	12.193	-	-	41.390	12.193
Provisões	11.074	11.747	-	-	11.074	11.747
Ajuste a valor justo	-	-	(26.580)	(21.484)	(26.580)	(21.484)
Prejuízo fiscal a compensar	164.005	192.494	-	-	164.005	192.494
Valor justo dos estoques	12.451	-	-	(5.821)	12.451	(5.821)
Derivativos	-	19.587	(14.166)	-	(14.166)	19.587
Hedge de investimento no exterior	108.593	78.241	-	-	108.593	78.241
Outros	39.719	39.478	-	-	39.719	39.478
Total	392.206	368.714	(40.746)	(27.305)	351.460	341.409

Movimentação das diferenças temporárias durante o exercício:

	Reconhecida em outros resultados abrangentes		Reconhecida em outros resultados abrangentes	
	2016	2017	2016	2017
Consolidado				
Intangíveis	14.974	-	14.974	-
Varição cambial diferida	42.307	(31.386)	10.921	31.515
Provisões	30.069	2.987	33.056	(17.448)
Ajuste a valor justo	-	(21.516)	-	(5.968)
Depreciação	(52.650)	5.443	(47.207)	(18.492)
Prejuízo fiscal a compensar	249.498	(53.752)	195.746	5.308
Valor justo dos estoques	(70.383)	64.228	(6.155)	18.606
Derivativos	(40.012)	61.574	(21.562)	(35.796)
Custo atribuído	(6.827)	273	(6.554)	(3.990)
Hedge de investimento no exterior	143.516	-	66.685	76.831
Outros	(13.512)	39.972	26.460	30.071
Total	296.980	67.823	(66.685)	3.806

	Reconhecida em outros resultados abrangentes		Reconhecida em outros resultados abrangentes	
	2016	2017	2016	2017
Controladora				
Intangíveis	14.974	-	14.974	-
Varição Cambial diferida	42.160	(29.967)	12.193	29.197
Provisões	8.657	3.090	11.747	(673)
Ajuste a valor justo	-	(21.484)	-	(5.096)
Prejuízo fiscal a compensar	241.894	(49.399)	192.495	(28.489)
Valor justo dos estoques	(70.008)	64.187	(5.821)	18.272
Derivativos	(40.012)	59.599	(19.587)	(33.753)
Hedge de investimento no exterior	143.472	-	(65.231)	78.241
Outros	3	39.473	39.476	242
Total	341.140	65.500	(65.231)	341.409

Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos, uma vez que a Administração analisou suas estimativas de resultados futuros e considerou provável que os lucros tributáveis futuros estariam disponíveis, podendo ser utilizados contra tais despesas.

14. Investimentos

A Companhia registrou um ganho de R\$ 230.671 na controladora e perda de R\$ 19.709 no consolidado em 31 de março de 2018 (ganho de R\$ 192.426 na controladora e R\$ 65.430 no consolidado em 31 de março de 2017) de equivalência patrimonial de suas coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto nas demonstrações financeiras individuais. O quadro abaixo apresenta um sumário do resultado de equivalência em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.

	Participação %	Quantidade de ações/quotas	Ativos circulantes		Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos não circulantes		Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Outros resultados	Lucro ou prejuízo do exercício	Equivalência patrimonial			
			2018	2017			2018	2017						2018	2017	Controladora	Consolidado
2018																	
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais (a)	100,00000	2.019.843	84.449	332.987	417.436	52.065	116.645	168.710	248.726	190.075	(140.007)	50.068	50.068	-	-	-	
Copersucar Armazéns Gerais (a)	99,99997	3.512.925	15.678	2.190	17.868	4.369	-	4.369	13.499	20.328	(16.722)	3.606	3.606	-	-	-	
TCE Participações (b)	50,00000	50.847.531	10.349	135.738	146.087	15.717	29.668	45.385	100.702	1.770	(2.664)	(894)	(894)	(99)	(99)	(99)	
Copersucar Europe Espanha (a)	100,00000	3.000	675	-	675	-	-	-	675	104	(10)	94	94	-	-	-	
Copersucar Trading A.V.V. (a)	100,00000	24.253.702	2.121.563	83.700	2.205.263	1.777.046	-	1.777.046	428.217	7.913.493	(7.725.176)	188.317	188.317	-	-	-	
Copersucar North America LLC (a)	100,00000	100	1.057.478	600.709	1.658.187	931.218	551.452	1.482.670	175.517	14.263.680	(14.253.408)	10.272	10.272	-	-	-	
CTC-Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (c)	16,93155	135.769	196.915	591.200	788.115	85.474	146.821	232.295	555.820	219.333	(205.026)	14.307	2.422	2.422	2.422	2.422	
Uniduto Logística S.A. (c)	39,07370	279.785.119	1.069	189.526	190.595	15	-	15	190.580	6	(206)	(200)	(200)	(78)	(78)	(78)	
Logum Logística S.A. (b)	20,8174	2.798.713.392	63.844	1.994.133	2.057.977	1.031.575	327	1.031.902	1.026.075	218.220	(351.830)	(133.610)	(28.060)	(28.060)	(28.060)	(28.060)	
Alvean Sugar Intermediação e Agenciamento Ltda. (b)	50,00000	100.000	10.168	586	10.754	4.158	21	2.447	8.307	22.513	(18.226)	4.287	4.287	2.143	2.143	2.143	
Alvean Sugar, S.L. (b)	50,00000	764.020	3.314.169	25.174	3.339.343	1.954.010	40.483	1.994.493	1.344.850	15.195.852	(15.190.292)	5.560	2.780	2.780	2.780	2.780	
Terminal de Richmond, VA (b)	50,00000	-	3.593	8.944	12.537	312	-	312	12.225	2.366	-	2.366	-	1.183	1.183	1.183	
Total																	
2017																	
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais (a)	100,00000	2.019.843	77.932	310.082	388.014	87.655	128.187	215.842	172.172	201.684	(146.412)	55.272	55.272	-	-	-	
Copersucar Armazéns Gerais (a)	99,99997	3.512.925	9.277	8.533	17.810	1.748	70	1.818	15.992	19.862	(16.045)	3.817	3.817	-	-	-	
Sugar Express Transportes S.A. (a)	99,99000	49.995	-	-	-	-	-	-	-	8.260	(8.102)	158	158	-	-	-	
Copersucar Trading A.V.V. (a)	100,00000	24.253.702	2.314.500	34.337	2.348.837	1.592.488	516.449	2.108.937	239.900	8.071.764	(8.008.354)	63.410	63.410	-	-	-	
Copersucar North America LLC (a)	100,00000	100	1.027.431	539.417	1.566.848	648.388	760.972	1.409.360	157.488	13.391.299	(13.386.373)	4.926	4.926	-	-	-	
CTC-Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (c)	16,93155	135.769	326.970	485.988	812.958	84.859	186.589	271.448	541.510	173.472	(160.941)	12.531	1.966	1.966	1.966	1.966	
Uniduto Logística S.A. (c)	39,07370	207.819.638	1.298	139.744	141.042	62	-	62	140.980	58	(314)	(256)	(110)	(110)	(110)	(110)	
Logum Logística S.A. (b)	21,28315	1.822.713.392	384.024	2.003.888	2.387.912	1.721.434	-	1.721.434	666.478	232.653	(409.406)	(176.753)	(38.597)	(38.597)	(38.597)	(38.597)	
Alvean Sugar Intermediação e Agenciamento Ltda. (b)	50,00000	100.000	7.558	633	8.191	4.158	12	4.170	4.021	16.829	(14.841)	1.988	994	994	994	994	
Alvean Sugar, S.L. (b)	50,00000	764.020	4.171.905	37.479	4.209.384	2.735.186	59.240	2.794.426	1.414.958	16.060.298	(15.859.117)	201.181	100.590	100.590	100.590	100.590	
Terminal de Richmond, VA (b)	50,00000	-	1.952	9.290	11.242	200	-	200	11.042	1.174	-	1.174	-	587	587	587	
Total																	
2017																	
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais (a)	100,00000	2.019.843	77.932	310.082	388.014	87.655	128.187	215.842	172.172	201.684	(146.412)	55.272	55.272	-	-	-	
Copersucar Armazéns Gerais (a)	99,99997	3.512.925	9.277	8.533	17.810	1.748	70	1.818	15.992	19.862	(16.045)	3.817	3.817	-	-	-	
Sugar Express Transportes S.A. (a)	99,99000	49.995	-	-	-	-	-	-	-	8.260	(8.102)	158	158	-	-	-	
Copersucar Trading A.V.V. (a)	100,00000	24.253.702	2.314.500	34.337	2.348.837	1.592.488	516.449	2.108.937	239.900	8.071.764	(8.008.354)	63.410	63.410	-	-	-	
Copersucar North America LLC (a)	100,00000	100	1.027.431	539.417	1.566.848	648.388	760.972	1.409.360	157.488	13.391.299	(13.386.373)	4.926	4.926	-	-	-	
CTC-Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (c)	16,93155	135.769	326.970	485.988	812.958	84.859	186.589	271.448	541.510	173.472	(160.941)	12.531	1.966	1.966	1.966	1.966	
Uniduto Logística S.A. (c)	39,07370	207.819.638	1.298	139.744	141.042	62	-	62	140.980	58	(314)	(256)	(110)	(110)	(110)	(110)	
Logum Logística S.A. (b)	21,28315	1.822.713.392	384.024	2.003.888	2.387.912	1.721.434	-	1.721.434	666.478	232.653	(409.406)	(176.753)	(38.597)	(38.597)	(38.597)	(38.597)	
Alvean Sugar Intermediação e Agenciamento Ltda. (b)	50,00000	100.000	7.558	633	8.191	4.158	12	4.170									

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

21. Adiantamentos de Clientes

Clientes mercado interno
Clientes mercado externo
Partes relacionadas

Os adiantamentos acima da parte relacionada Alvean Sugar S.L., no montante de R\$ 978.912 em 31 de março de 2018, são pré-pagamentos de produtos ainda não embarcados por parte da Companhia (R\$ 1.310.656 em 31 de março de 2017).

22. Provisão para Contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias e trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Provisões feitas e atualizações durante o exercício	461	2.180	2.641	161
Provisões utilizadas durante o exercício	(20.985)	(717)	(21.702)	(20.985)
Em 2017	15.490	2.471	17.961	169
Provisões feitas e atualizações durante o exercício	415	2.224	2.639	510
Provisões utilizadas durante o exercício	(2.260)	(2.260)	—	—
Em 2018	15.905	2.435	18.340	679

Para as contingências apresentadas acima existem depósitos judiciais para o Consolidado e Controladora que compõem o montante em 31 de março de 2018 de R\$ 53.752 e R\$ 38.999 respectivamente (R\$ 53.736 e R\$ 38.473 em 31 de março de 2017). Com relação a tese de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a Companhia possui um processo judicial com depósito e após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou constitucional a referida exclusão com repercussão geral, a Companhia, em consequência, realizou a baixa da provisão em 31 de março de 2017, no montante de R\$ 20.985. A Companhia aguarda o julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional sobre a decisão do STF e sua possível modulação.

23 Instrumentos Financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo: Durante os exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017, não foram realizadas nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. **Valor justo versus valor contábil:** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado		Controladora		
	2018	2017	2018	2017	
Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1/Nível 2	1.669.443	1.264.785	1.669.443	1.264.785
Estoques	Nível 2	2.074.146	2.010.006	2.074.146	2.010.006
Derivativo de bolsa de valores	Nível 2	58.212	26.338	58.212	26.338
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	Nível 2	591.838	572.764	591.838	572.764
Passivos					
Derivativo de bolsa de valores	Nível 2	1	8.665	1	8.665
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	Nível 2	316.869	328.640	316.869	328.640
Empréstimos e recebíveis					
Contas a receber de clientes	Nível 2	972.500	694.290	972.500	694.290
Adiantamentos a fornecedores	Nível 2	63.845	323.292	63.845	323.292
Outras contas a receber	Nível 2	59.012	73.844	59.012	73.844
Passivos mantidos pelo custo amortizado					
Fornecedores	Nível 2	1.050.741	1.214.640	1.050.741	1.214.640
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	4.831.062	4.176.444	5.053.948	4.133.785
Adiantamentos de clientes	Nível 2	981.283	1.315.636	981.283	1.315.636
Outras contas a pagar	Nível 2	41.757	76.884	41.757	76.884

Controladora

	Consolidado		Controladora		
	2018	2017	2018	2017	
Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1/Nível 2	891.471	476.215	891.470	476.215
Estoques	Nível 2	1.028.275	859.633	1.028.275	859.633
Derivativo de bolsa de valores	Nível 2	12.192	518	12.192	518
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	Nível 2	273.803	226.964	273.803	226.964
Passivos					
Operações com bolsa de valores	Nível 2	—	—	—	—
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	Nível 2	227.740	243.332	227.740	243.332
Empréstimos e recebíveis					
Contas a receber de clientes	Nível 2	432.085	262.134	432.085	262.134
Adiantamentos a fornecedores	Nível 2	9.447	11.904	9.447	11.904
Outras contas a receber	Nível 2	17.408	20.147	17.408	20.147
Empréstimos concedidos - partes relacionadas	Nível 2	5.614	4.600	5.614	4.600
Passivos mantidos pelo custo amortizado					
Fornecedores	Nível 2	566.533	924.606	566.533	924.606
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	3.623.670	2.654.879	3.842.406	2.648.471
Adiantamentos de clientes	Nível 2	918	397	918	397
Outras contas a pagar	Nível 2	29.396	22.155	29.396	22.155

Os valores justos se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados no balanço patrimonial. **b. Hierarquia de valor justo:** A tabela acima fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 2 com base no grau observável do valor justo. As descrições das hierarquias estão demonstradas na nota 3 d. c. **Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta a riscos de mercado, que incluem variações de taxas de juros e câmbio, preços de commodities, risco de crédito/contraparte, risco de liquidez e risco operacional. Atualmente, a política de gerenciamento de risco identifica e classifica os prioritários, analisando e monitorando-os de forma estruturada. Limites de uso de capital são aprovados pelo Conselho de Administração; e todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada. **Política de gestão de riscos:** A área de gestão de riscos calcula, monitora e reporta os principais riscos incorridos pela Copersucar às áreas de negócio, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e de Finanças (Comitê); provê as informações necessárias para a definição dos limites de risco ao Comitê e Conselho de Administração; e atua de forma proativa junto às áreas de negócio, realizando simulações de risco, recomendando ações, e auxiliando a estruturação das estratégias de negócio. A área de Gestão de Riscos reporta-se diretamente ao CEO, como parte da estrutura de governança corporativa da Companhia. O Comitê se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades, o qual é responsável por estabelecer e supervisionar a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. A política de gerenciamento de riscos é estabelecida a partir da identificação e análise dos riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites de uso de capital, exposições e controles, e para monitorar riscos e sua aderência aos limites preestabelecidos. A política e o processo de gerenciamento de riscos são revisados anualmente, ou tempestivamente quando necessário, visando refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que por meio de suas políticas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, visa desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo através de uma cultura de riscos. **Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Finanças:** O Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e de Finanças é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 6 (seis) membros, todos integrantes do Conselho de Administração e/ou Conselho Consultivo e/ou indicados por estes, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, permitindo sucessivos mandatos. Os membros reúnem-se em periodicidades definidas pelo Conselho de Administração, podendo ocorrer convocações extraordinárias sempre que justificáveis para acompanhar e discutir as estratégias que estão sendo executadas. Qualquer alteração na Política Global de Riscos ou nas Políticas Financeiras (Política Financeira da S.A. e Política de Endividamento da S.A.) deve ser recomendada pelo Comitê e aprovada pelo Conselho de Administração. O Comitê auxilia o Conselho de Administração executando um papel relevante no modelo de Governança Corporativa adotado na Companhia. As atribuições das atividades são:

- Acompanhar o mapeamento de todos os riscos existentes nos negócios da Companhia; • Garantir a aderência dos riscos incorridos com a Política Global de Riscos; • Recomendar ações para disseminar internamente a cultura de sensibilidade a riscos; • Comunicar ao Presidente do Conselho de Administração inobservâncias de normas e regulamentos avaliadas como de alto risco; • Discutir, em conjunto com a área de gestão de riscos, as premissas iniciais para que os limites de risco sejam definidos, considerando a definição do apetite a risco e estratégia de negócio estabelecidos pelo Conselho de Administração; • Definir os limites de risco e encaminhar, através do CEO, para deliberação e aprovação do Conselho de Administração; • Acompanhar e discutir controles internos, relatórios, pendências e questões referentes aos trabalhos de auditoria interna e externa; e • Definir e acompanhar junto à auditoria interna o plano de auditoria interna da Companhia. • Avaliar a proposta do plano orçamentário anual, recomendando eventuais ajustes frente a direcionadores emitidos pelo Conselho de Administração: (a) avaliar a proposta do plano orçamentário anual, recomendando eventuais ajustes frente a direcionadores emitidos pelo Conselho de Administração; (b) acompanhar as avaliações de investimentos da Companhia, especialmente quanto a seus prazos de retorno; (c) avaliar a estrutura de capital da Companhia quanto à segurança, otimização de custos e necessidades de financiamento das operações e dos investimentos; (d) acompanhar o endividamento da Companhia, quanto aos riscos envolvidos e aos direcionadores estabelecidos pelo Conselho de Administração; e (e) acompanhar os procedimentos técnicos que orientam as aplicações financeiras da Companhia, quanto às instituições depositárias, à rentabilidade, à liquidez e aos riscos envolvidos. • Acompanhar os procedimentos técnicos que orientam as aplicações financeiras da Companhia, quanto às instituições depositárias, às rentabilidades, à liquidez e aos riscos envolvidos. A Auditoria Interna é responsável por avaliar desvios e ameaças potenciais ao negócio com base na matriz de avaliação de riscos da Companhia que é elaborado em conjunto com a área de Controles Internos. É responsável por realizar análises de riscos financeiros, operacionais, estratégicos, de reputação, de TI e de conformidade da Companhia, além de apresentar sugestões de melhoria e realizar o acompanhamento dos respectivos planos de ação. **Risco de Crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. Para reduzir esse risco, a Copersucar adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito, para compras a prazo, acompanhando permanentemente o saldo devedor dos clientes. A Companhia possui o Comitê de crédito composto pela diretoria comercial, financeira e gestão de riscos que aprovam ou recusam tais solicitações de crédito. As análises possuem validade de até um ano e são compostas, basicamente, por três parâmetros: (i) análise quantitativa contendo avaliação criteriosa dos índices econômico-financeiro relativos a endividamento, liquidez, rentabilidade e ciclos operacionais, dentre outros, relativos a balanços patrimoniais dos últimos três exercícios fiscais; (ii) análise qualitativa que deve conter a estrutura societária, consultas aos órgãos fiscais, Sintegra, Receita Federal e empresa contratada que oferece diversas soluções para Consulta de Crédito, relatório de visita técnica, representatividade do cliente no setor em que atua, tempo de atuação no mercado, referências comerciais, relação dos principais fornecedores, relação dos bens da empresa e/ou dos sócios; e (iii) análise de garantias, examinados pelas áreas Financeira e Jurídica e solicitados sob o critério da discricionariedade de sua administração. A área de Gestão de Riscos monitora a relação entre o crédito cedido aos clientes, contra seu volume de contas a receber e a respectiva marcação a mercado dos contratos ainda em aberto. Esse monitoramento visa garantir o acompanhamento dos limites de crédito disponibilizados e sugerir quando viável, possíveis reavaliações de tais limites. (i) **Contas a receber de clientes:** A Companhia e suas controladas estão sujeitas a risco de crédito. A Administração busca mitigar o risco de crédito por meio de uma política de crédito rigorosa, seletividade de seus clientes, acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmentos de negócios e limites individuais de crédito, procedimentos estes adotados a fim de minimizar eventuais riscos de inadimplência em suas contas a receber de clientes. Nos clientes de mercado interno o prazo de recebimento é de 62 (sessenta e dois) dias para o açúcar, já nas vendas de etanol, 70% dos clientes têm um prazo de recebimento de 13 (treze) dias e o saldo de 30% com recebimentos à vista. Com relação a contas a receber do mercado externo, incluindo América Latina, cerca de 80% dos processos de exportação pagam na modalidade *Cash Against Documents*. A exposição máxima do risco do crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Depósitos à vista	741.105	768.808	5.867	6.042
Fundo de investimento	483.868	390.579	483.868	390.579
Aplicações financeiras	444.445	105.371	401.711	79.568
Contas a receber de clientes	972.500	694.290	432.085	262.134
Adiantamentos a fornecedores	63.845	323.292	9.447	11.904
Operações com bolsa de valores	58.212	26.338	12.192	518
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	591.838	572.764	273.803	226.964
Outras contas a receber	59.012	73.844	17.408	20.147

As operações de aplicações financeiras são pulverizadas em diversas instituições financeiras, consideradas pelo mercado de primeira linha. Os três clientes mais relevantes da Companhia são responsáveis por R\$160 mil dos recebíveis em 31 de março de 2018 (R\$86 mil em 31 de março de 2017), sendo que durante esses exercícios ocorreram troca de relevância entre os clientes.

Perdas por redução no valor recuperável:

Os vencimentos das contas a receber de clientes são:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Bruto	PECLD	Bruto	PECLD	
Não vencidos	910.577	—	643.531	—
Vencidos há 0 - 30 dias	64.663	(11.066)	40.827	—
Vencidos há 31 - 120 dias	2.610	—	318	—
Acima de 120 dias	6.320	(604)	10.218	(604)
Total	984.170	(11.670)	694.894	(604)
Controladora	2018	2017	2018	2017
Bruto	PECLD	Bruto	PECLD	
Não vencidos	383.097	—	256.749	—
Vencidos há 0 - 30 dias	46.782	—	1.889	—
Vencidos há 31 - 120 dias	1.168	—	318	—
Acima de 120 dias	1.642	(604)	3.782	(604)
Total	432.689	(604)	262.738	(604)

A despesa com a constituição da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi registrada na rubrica "Despesas de Vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título, e esta provisão torna-se dedutível de impostos. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações dentro do prazo de vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros incorridos e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Consolidado		Controladora		
	2018	2017	2018	2017	
Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
2018					
Fornecedores	1.050.741	1.050.741	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	4.831.062	1.094.742	183.790	1.643.986	1.903.235
Adiantamento de clientes	981.283	981.283	—	—	5.309
Instrumentos financeiros derivativos não realizados:					
- NDF	206.590	206.590	—	—	—
- Swap	8.428	4.915	—	1.642	1.871
- Futuro de commodity	101.851	93.341	—	8.510	—
Outras contas a pagar	41.757	39.198	—	2.559	—
2017					
Fornecedores	1.214.640	1.214.640	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	4.176.444	584.485	1.269.294	1.730.253	531.196
Adiantamento de clientes	1.315.636	1.315.636	—	—	61.216
Instrumentos financeiros derivativos não realizados:					
- NDF	174.264	—	174.264	—	—
- Swap	75.385	3.039	67.969	5.277	—
- Futuro de commodity	78.991	—	78.544	447	—
Outras contas a pagar	76.884	75.715	—	1.169	—

	Fluxo de caixa contratual		6 meses ou menos		De 6 a 12 meses		Entre 1 e 2 anos		De 2 a 5 anos		Mais de 5 anos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
2018												
Fornecedores	566.533	566.533	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	3.623.671	609.401	42.310	1.630.419	1.341.541	—	—	—	—	—	—	—
Adiantamento de clientes	918	918	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Instrumentos financeiros derivativos não realizados:												
- NDF	206.052	206.052	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
- Swap	8.428	4.915	—	1.642	1.871	—	—	—	—	—	—	—
- Futuro de commodity	13.259	13.259	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras contas a pagar	29.396	15.884	—	13.512	—	—	—	—	—	—	—	—
2017												
Fornecedores	924.606	924.606	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	2.654.879	576.250	1.057.471	678.496	297.933	44.729	—	—	—	—	—	—
Adiantamento de clientes	397	397	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Instrumentos financeiros derivativos não realizados:												
- NDF	173.742	—	173.742	—	—	—	—	—	—	—	—	—
- Swap	69.577	3.039	61.260	5.277	—	—	—	—	—	—	—	—
- Futuro de commodity	14	—	14	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras contas a pagar	22.155	—	22.155	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Risco de mercado: Risco de mercado representa a possibilidade de perdas financeiras que a Companhia está exposta, oriunda das variações nos preços e/ou taxa de mercado, sejam elas, volatilidade sobre os preços das commodities, taxas de câmbio ou taxas de juros (interna ou externa). O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar e monitorar todas as exposições a esses riscos para que fiquem dentro dos parâmetros aceitáveis, definidos pelo Conselho de Administração. A Companhia compra e vende derivativos para fins de proteção de suas exposições (hedge), bem como cumpre com suas obrigações financeiras para gerar adequadamente seus riscos de mercado. Todas estas ações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas na Política Global de Riscos da Companhia que, por sua vez, é estabelecida pelo Comitê de Auditoria e Risco e aprovadas pelo Conselho de Administração. (i) **Risco cambial:** A Companhia está sujeita ao risco cambial decorrente de diferenças de



★ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Conselheiros da

Copersucar S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copersucar S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Copersucar S.A. em 31 de março de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Valorização dos instrumentos financeiros - Individuais e consolidadas

Conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas nº 5 (k.iv) e nº 23, a Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dos riscos de variação de taxas de juros, taxas de câmbio e de preço das *commodities* em relação às receitas futuras consideradas de alta probabilidade de ocorrência. A Companhia utiliza a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as diferenças de moedas estrangeiras entre a moeda da operação atreladas ao dólar e a moeda funcional da controladora (Real). Em função da grande quantidade de instrumentos de proteção contratados, da complexidade na estimativa de mensuração de seu valor justo, e pelo potencial impacto que alterações nessas estimativas poderiam ter sobre os resultados e os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação, valorização e gerenciamento desses instrumentos financeiros. Com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os principais *inputs*, como taxas de juros, taxas de câmbio, e o preço de *commodities* e realizamos o cálculo da mensuração do valor justo dos instrumentos utilizados para a proteção dos riscos de variação de câmbio e de preço, confrontando com os cálculos preparados pela Companhia e suas controladas. Avaliamos a documentação de designação e eficácia da contabilidade de *hedge accounting* bem como a adequação das divulgações sobre as premissas, os julgamentos, as estratégias de proteção e o risco de liquidez da Companhia e suas controladas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a valorização dos instrumentos financeiros, bem como as divulgações relacionadas, é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2018.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração e com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de maio de 2018

**KPMG Auditores Independentes**

CRC 2SP014428/O-6

André Luiz Monaretti

Contador CRC 1SP160909/O-3

Fernando Rogério Liani

Contador CRC 1SP229193/O-2